



MINISTÉRIO DA DEFESA
GABINETE DO MINISTRO

Brasília, 09 de novembro de 2009

DIRETRIZ MINISTERIAL Nº 0014 / 2009,

**INTEGRAÇÃO E COORDENAÇÃO DOS SETORES
ESTRATÉGICOS DA DEFESA**

A Estratégia Nacional de Defesa (END), auto-definida como o “vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado, e as Forças Armadas para resguardar essa independência, de outro”, formulou diretrizes e estabeleceu objetivos para que o País desenvolva as capacidades necessárias para enfrentar os desafios do presente e as incertezas do amanhã.

A complexa tarefa de defesa do País exige de todos, particularmente do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, esforço coordenado e integrado entre si e com as demais áreas governamentais e privadas com interesses e responsabilidades correlatas.

Definir e alinhar as necessidades comuns às Forças, considerando suas especificidades, constitui-se em imperativo desafiador a ser enfrentado no curto, médio e longo prazo, sempre com base nos planejamentos “concebidos para fazer frente a diferentes hipóteses de emprego”.

Nesse contexto, é imperiosa a necessidade de que haja irrestrita coordenação e integração na definição e desenvolvimento dos programas e ações que digam respeito, particularmente, aos setores nuclear, cibernético e espacial, definidos como estratégicos pela END, que ficarão sob a responsabilidade, respectivamente, da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Sempre considerando que esses setores “transcendem, por sua natureza, a divisão entre desenvolvimento e defesa, entre o civil e o militar”, com o propósito de dar seguimento às orientações constantes da END, determino que a Força responsável, com a participação do MD e das demais Forças:

a) na primeira fase

- analise e defina a abrangência do tema a ela atribuído e proponha objetivos setoriais, sempre em consonância com a END, os Planos de Articulação e Equipamento e as hipóteses de emprego, ficando em condições de apresentar o trabalho a partir de 15 Jan 2010; e

b) na segunda fase

- após aprovação por esse Ministério dos objetivos setoriais, proponha estratégias setoriais e estude a adequabilidade das estruturas existentes para a consecução dos objetivos e indique, se for o caso, alternativas e soluções, ficando em condições de apresentar o trabalho a partir de 30 Mar 2010.

... dos Estados e trabalhos determinados, atender para as seguintes orientações:

a) Gerais – Considerar:

1. as prioridades constantes da END;
2. a necessidade de capacitação de pessoal para as ações de médio e longo prazo;
3. a necessidade de interação e cooperação com outras áreas governamentais e de pesquisa;
4. que os trabalhos deverão ser realizados em forma conjunta, com a participação de representante do Ministério da Defesa e das demais Forças;
5. os trabalhos e projetos em andamento, bem como os sistemas existentes;
6. o intercâmbio de pesquisadores em projetos singulares das Forças, como forma de potencializar o aproveitamento de tecnologias existentes em outra Força; e
7. a necessidade de criação de ambientes laboratoriais específicos.

b) Específicas – Considerar:

1. Setor Cibernético:

- que ainda não existem quaisquer tipos de tratados e controles internacionais;
- a possibilidade de criação de um centro para o desenvolvimento de quaisquer tipos de ações; e
- a possibilidade de concentração de militares das três Forças em um mesmo ambiente de atuação.

2. Setor Espacial:

- a necessidade de, na primeira fase, conceber ou aperfeiçoar a concepção dos sistemas estratégicos que fazem uso de tecnologia espacial (telecomunicações, imageamento, inteligência, sensoriamento remoto, vigilância e monitoramento, guerra cibernética, guerra eletrônica, defesa antiaérea, comando e controle, controle do espaço aéreo, geoposicionamento), projetando-os no espaço temporal de 20 anos;
- a concepção formulada como base para a definição dos objetivos setoriais;
- a necessidade de definir as necessidades para o aperfeiçoamento e implantação efetiva desses sistemas;
- a necessidade de interação e integração de todos os sistemas estratégicos mencionados acima; e
- o aproveitamento de tecnologias relativas ao Veículo Lançador de Satélites (VLS) em outros projetos das Forças.


NELSON JOBIM
Ministro de Estado da Defesa